



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 516, DE 2025

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a inteligência emocional e a programação neurolinguística no currículo do Ensino Fundamental e Médio e dá outras providências.

Autores: Deputados PEDRO AIHARA E MAURÍCIO CARVALHO

Relator: Deputado CAPITÃO ALBERTO NETO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 516, de 2025, de autoria dos Deputados Pedro Aihara e Maurício Carvalho, pretende alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a fim de incluir a inteligência emocional e a programação neurolinguística no currículo do Ensino Fundamental e Médio.

Conforme Despacho do dia 21/03/2025, a matéria foi distribuída à Comissão de Educação, para análise de mérito, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para análise de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Ao fim do prazo regimental, em 27/05/2025, não foram apresentadas emendas ao projeto no âmbito desta Comissão.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões, e seu regime de tramitação é o ordinário, nos termos do art. 24, II, e art. 151, III, ambos do RICD.

É o Relatório.





II - VOTO DO RELATOR

A proposição em exame, de autoria dos Deputados Pedro Aihara e Maurício Carvalho, tem como objetivo inserir a inteligência emocional e a programação neurolinguística nos currículos do ensino fundamental e médio, por meio de alterações na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Em primeiro lugar, é fundamental reconhecer o mérito da iniciativa. Já há um entendimento consolidado no campo educacional de que não basta investir apenas em competências cognitivas ou acadêmicas para formar o cidadão do século XXI. As necessidades da vida contemporânea, as diferentes demandas apresentadas pelos estudantes e os desafios enfrentados na escola, sobretudo aqueles gerados pelos impactos da experiência de isolamento social e ensino remoto, têm apontado para a necessidade crescente de aprendizagem socioemocional.

Esta, também descrita como educação socioemocional, *soft skills*, competências para o Século XXI, entre outros sinônimos, diz respeito ao desenvolvimento de um conjunto de habilidades essenciais à formação integral do indivíduo, que envolve o processo de entendimento e manejo de emoções, com empatia, e a tomada de decisão responsável.

Conforme explicitado na Justificação do Projeto, temos assistido a um acúmulo de pesquisas nacionais e internacionais que apontam consistentemente os benefícios da educação socioemocional, seja na elevação do desempenho acadêmico, na redução de conflitos e melhoria do clima escolar, ou até mesmo em melhores possibilidades de inserção no mundo do trabalho. Não há dúvidas, portanto, de que sua inclusão nos currículos escolares é conveniente e oportuna, e de que a proposição em tela merece prosperar.

Buscando apenas aprimorar alguns de seus dispositivos, apresentamos um Substitutivo que propõe reduzir a ênfase em ferramentas específicas, como a Programação Neurolinguística, e ampliar ao escopo do projeto com vistas à promoção das habilidades socioemocionais de forma mais





global, em alinhamento ao que dispõe a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Propomos, ainda, que a definição de parâmetros específicos de implementação de conteúdos curriculares, a exemplo da carga horária a ser assegurada para o trabalho com os diferentes temas, seja realizada pelos sistemas de ensino, no âmbito de sua autonomia constitucionalmente assegurada para a organização da oferta educacional nas diferentes etapas da educação básica.

Por fim, destacamos que o Substitutivo ora oferecido respeita os limites da iniciativa parlamentar em matéria curricular, visto que não propõe o acréscimo de novos componentes curriculares obrigatórios na BNCC. Afinal, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais já está previsto, de forma acertada, ao longo de todo o documento, como uma dimensão inegociável da educação integral com a qual se assume um compromisso.

A principal inovação apresentada se refere, portanto, à inclusão explícita desse compromisso em meio às incumbências dos estabelecimentos de ensino e às diretrizes a serem observadas pelos conteúdos curriculares da educação básica como um todo, para além da explicitação de que o conjunto de competências e habilidades apresentadas na BNCC deve servir de referência para todos os cursos de formação de docentes. Em suma, busca-se atualizar o principal diploma normativo em matéria de educação, a LDB, ao que já vem sendo reiteradamente apresentado nos documentos oficiais que orientam a política nacional de educação básica.

Diante do exposto, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 516, de 2025, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado **CAPITÃO ALBERTO NETO**
Relator





COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBSTITUTIVO A PROJETO DE LEI Nº 516, DE 2025

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre o desenvolvimento de habilidades socioemocionais na educação básica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12.

.....

X - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais nas escolas;

.....” (NR)

“Art. 26

.....

§ 9º Conteúdos relativos ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o *caput* deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino.

.....

§ 12. Os sistemas de ensino, em consonância com seus projetos pedagógicos e com as competências e habilidades definidas na Base Nacional Comum Curricular, promoverão as metodologias, os recursos pedagógicos e a carga horária adequada para a implementação do previsto neste artigo.” (NR)





“Art. 27.

V – promoção do desenvolvimento de habilidades socioemocionais, visando à formação integral do estudante. ” (NR)

“Art. 62.

§ 8º Os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular e o conjunto de competências e habilidades nela apresentadas. ” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado **CAPITÃO ALBERTO NETO**
Relator

